



Bello Parga pede uma solução o mais rápido possível. "Queremos o julgamento do mérito", diz ele

## CPI vai ao Supremo para obter decisão rápida sobre liminares

Comissão teme prejuízos a seus trabalhos caso sejam mantidas indefinidamente liminares obtidas por algumas pessoas sob investigação

**A** CPI do Sistema Financeiro entra na segunda-feira com agravo regimental no Supremo Tribunal Federal para que a corte se manifeste sobre as liminares concedidas por alguns de seus ministros suspendendo a indisponibilidade de bens e a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de pessoas sob investigação. "Queremos que o plenário do STF julgue o mérito dos mandados de segurança", afirmou o presidente da CPI, senador Bello Parga, ao anunciar ontem o recurso.

PÁGINA 5

**Ex-dono da Encol depõe na quarta**

PÁGINA 5

## Senado aprova oito matérias na semana

PÁGINA 3

### PLENÁRIO

#### Refinanciamento de precatórios será votado na terça

Solução para títulos suspensos é resultado de discussões das comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 2

### CAS/CAE

#### Reunião conjunta discute a reforma agrária no país

Ministro, trabalhadores e representantes da Igreja e do Banco Mundial estarão em comissões do Senado na quarta.

PÁGINA 3

## CPI DO JUDICIÁRIO



A CPI ouviu as explicações do comerciante e decidiu submetê-lo a uma acareação com o responsável pela avaliação do imóvel

## Venda de imóvel para TRT-PB é apurada

A investigação sobre a venda de um imóvel em João Pessoa para o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), por R\$ 710 mil, avança na CPI do Judiciário. Ontem, os senadores ouviram o depoimento do comerciante Antônio Almério Marra, que negociou o imóvel. Dono de uma empresa de produtos médico-hospitalares, Marra

garantiu que vendeu o imóvel a preço justo. Suspeitando de superfaturamento no negócio, a CPI decidiu promover uma acareação entre o comerciante e o responsável pelo laudo de avaliação que legitimou a transação, Antônio Moacir Dantas Cavalcante Júnior.

PÁGINA 4



Simon apresentou projeto sobre veiculação de programas educativos para crianças

## Subcomissão de Rádio e TV será instalada pela CE

A Comissão de Educação reúne-se na terça-feira, a partir das 11h30 e sob a presidência do senador Freitas Neto (PFL-PI), para apreciar pauta ordinária e instalar a Subcomissão de Rádio e Televisão. Em seguida, os integrantes elegem o presidente e o vice-presidente da subcomissão, que analisará a programação brasileira. Na mesma linha, a comissão apreciará o Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que dispõe sobre a veiculação de programação educativa para crianças em rádio e TV. O projeto conta com parecer favorável do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A pauta inclui ainda projetos sobre a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio; proteção ao patrimônio fossilífero brasileiro; educação profissional em nível nacional; o que estabelece reserva de vagas nas universidades públicas para alunos oriundos da rede pública de ensino; e o que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes universitários.

# Plenário aprecia refinanciamento de títulos emitidos para pagar precatórios

O texto a ser votado, de autoria do senador José Fogaça, é resultado de debates promovidos pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania

O plenário do Senado vota na próxima terça-feira projeto que permite o refinanciamento, junto à União, dos títulos públicos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios. Estes papéis tiveram sua negociação suspensa pela CPI que investigou o assunto em 1997. A proposta incumbe a Justiça de decidir se os títulos são válidos ou não. Enquanto isso, a União deverá depositar os valores em juízo.

O texto a ser votado, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), é resultado das discussões das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto original do senador José Agripino Maia (PFL-RN) e sobre o parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG). O senador Roberto Requião (PMDB-PR)



José Fogaça acredita que depósito judicial descaracteriza condição de inadimplência

apresentou voto em separado pela proibição dos refinanciamentos.

Fogaça considera que o depósito judicial do resgate desses títulos, estabelecido em seu texto, descaracteriza a condição de inadimplência vivida pelos estados, particularmente por Pernambuco. O

senador disse também que optou por remeter à Justiça a decisão sobre a constitucionalidade ou não dos títulos, pois não caberia ao Senado definir, preliminarmente, se os títulos são válidos ou não.

— Minha primeira preocupação foi estabelecer que não deve haver resgate puro

e simples dos títulos em questão. É preciso que a Justiça se pronuncie de maneira cabal a respeito da validade jurídica desses títulos antes que sejam resgatados pela União e pelos estados. Esse resgate deve ser depositado judicialmente em conta vinculada até o pronunciamento da Justiça — explicou José Fogaça.

### SUS

Na quarta-feira, os senadores votam em segundo turno a proposta de emenda constitucional (PEC) apresentada pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que estabelece padrões mínimos de destinação de recursos dos orçamentos públicos para o Sistema Único de Saúde. A PEC, aprovada em primeiro turno, determina que a União destinará pelo menos 30% dos recursos do orçamento da Seguridade Social para o SUS.

## Audiência pública discutirá prostituição infanto-juvenil

Presidente da Subcomissão Permanente para Acompanhamento e Investigação de Casos de Exploração do Trabalho e Prostituição Infanto-Juvenil, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) convocou reunião para a quarta-feira, às 17h.

Na ocasião, será realizada audiên-

cia pública com a secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Vanda Engel Aduan. Ela prestará informações a respeito das ações de assistência, acompanhamento, investigação e repressão, prestadas pelo ministério, contra a exploração da prostituição infanto-juvenil.



Marluce Pinto

## Rocha critica na TV idéia de reduzir bancadas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) critica, em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30, proposta de redução das bancadas dos estados mais pobres.

Para Sebastião Rocha, a redução do número de parlamentares não significa uma economia para o Congresso Nacional. Ao contrário, prejudica a democracia.

A implementação da medida, segundo Rocha, traria, ainda, a elitização do Parlamento. Ele explica que ficaria mais difícil eleger legítimos representantes do povo, pois o poder econômico definiria as eleições.



Em entrevista a Fernando Cesar Mesquita, o cirurgião plástico Ivo Pitanguy apontou a necessidade de as pessoas se sentirem bem com sua imagem

## Cirurgia plástica torna pessoas mais felizes, diz Ivo Pitanguy

“A cirurgia plástica não é fonte de milagres, não pode dar a juventude eterna; nosso objetivo é fazer as pessoas mais felizes.” A declaração é do cirurgião plástico Ivo Pitanguy, no programa *Entrevista Especial*, que a TV Senado apresenta amanhã, às 11 e 23 horas, e no domingo, às 11, 17 e 23 horas. Em conversa com o jornalista Fernando Cesar Mesquita, Pitanguy explica que o objetivo da cirurgia plástica não é necessariamente a busca da beleza, “mas fazer o indivíduo

se sentir bem consigo mesmo”.

— Esta é a importância social da cirurgia plástica. Se a pessoa está bem com a sua imagem, torna-se capaz de produzir muito mais — avaliou o cirurgião plástico.

O fato de a sociedade reconhecer a importância de as pessoas se sentirem bem com sua imagem foi, para Pitanguy, a evolução mais importante da cirurgia plástica, superando até avanços tecnológicos.

— Não podemos deter o processo de envelhecimento. O importante é que sejam valorizados os princípios fundamentais da cirurgia plástica, como o de procurar entender o paciente — afirmou.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1999

### PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademar Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Balanço indica oito matérias aprovadas na semana

Entre as propostas apreciadas está a que garante ao companheiro ou companheira direito à indenização pela morte de segurado da Previdência Social em acidente de trabalho ou de transporte

Oito matérias foram aprovadas pelo plenário do Senado Federal nesta semana, entre elas projeto de lei, encaminhado à sanção presidencial, dando ao companheiro ou companheira direito à indenização pela morte de segurado da Previdência Social em acidente de trabalho ou de transporte.

O Senado também aprovou projeto concedendo à Federação Nacional dos Jornalistas autonomia para tratar de questões relativas à profissão, inclusive o registro profissional, que atualmente são atribuições do Ministério do Trabalho. Outro projeto aprovado modifica as regras de deliberação sobre operações de crédito pelo plenário da Casa, visando agilizar o procedimento.

Foram aprovados, ainda, os textos de quatro acordos internacionais: de cooperação cultural e educacional, com a Federação da Rússia; de cooperação financeira, com a República Federal da Alemanha; de combate à produção e tráfico de entorpecentes, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); e sobre serviços aéreos, com a República da África do Sul.

O plenário decidiu também enviar os senadores Hugo Napoleão (PFL-PI), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP) à reunião de chefes de Estado e de governo da América Latina, Caribe e União Européia, que se realizará no Rio de Janeiro, de 28 a 29 de junho, e solidarizar-se com o governo e o Senado da Colômbia, pela libertação da senadora Piedad Cordoba de Castro, que havia sido sequestrada.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi aprovado, nesta semana, projeto assegurando o acesso do cidadão a informações sobre gestão pública, e rejeitado requerimento de convocação do diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo.

Em reunião conjunta com a Comis-

são de Assuntos Econômicos (CAE), a CCJ deu parecer favorável a projeto permitindo o refinanciamento dos títulos públicos para pagamento de precatórios.

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) votou o texto do acordo operacional da Organização Internacional de Telecomunicações Via Satélite (Intelsat).

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promoveu debate sobre o corte de verbas na área social e os meios de se impedir a utilização de recursos de empréstimos tomados pela União junto ao Banco Mundial e ao BID para pagamento dos juros da dívida.

A Comissão de Educação (CE) resolveu instalar subcomissão para estudar a situação do cinema brasileiro e propor legislação de fomento para o setor, e aprovou sete projetos de renovação de concessões de emissoras de rádio.

Durante esta semana, a CPI do Judiciário ouviu a advogada Beatriz Aparecida Naves Pacelle. O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) solicitou à comissão que evite o vazamento de informações obtidas através da quebra de sigilo telefônico e bancário. A CPI recebeu, por escrito, explicações do ex-secretário-geral da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas, sobre ligações com o juiz Nicolau dos Santos Neto.

Já a CPI do Sistema Financeiro ouviu o depoimento de Michael Francis Ceoghegan, presidente do banco HSBC, que comprou o Bamerindus depois que a instituição sofreu intervenção do Banco Central.



O plenário aprovou os textos de quatro acordos internacionais, com a Rússia, a Alemanha, a CPLP e a África do Sul

## Países de língua portuguesa combaterão tráfico de drogas

Os governos de países de língua portuguesa vão atuar conjuntamente no combate ao tráfico de entorpecentes e na prevenção ao uso de drogas psicotrópicas. Um decreto legislativo favorável ao acordo entre os governos desses países foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. Os países que participam do acordo são Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O projeto, aprovado por unanimidade, vai à promulgação.

O texto do acordo, assinado em Salvador, em julho de 1997, prevê ações conjuntas dos governos desses países para o intercâmbio de informações policiais e judiciais sobre as rotas utilizadas por produtores, processadores, traficantes de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, bem como participantes em delitos conexos. Deverá ainda haver intercâmbio de informação sobre lava-

gem de dinheiro de lucros ilícitos, meios de investigação e medidas a serem tomadas para combater essas irregularidades, bem como sobre programas de prevenção ao uso de drogas e de reabilitação dos farmacodependentes.

Todas essas atividades, segundo o acordo internacional, deverão ser coordenadas pelos respectivos ministérios das Relações Exteriores dos sete países. O acordo tem duração indefinida. O projeto de decreto legislativo ratificando os termos do acordo recebeu parecer favorável na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, tendo como relator o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Em seu parecer, o senador afirmou que o tráfico de entorpecentes é uma questão "grave, que ameaça a segurança e o bem-estar dos povos, podendo até mesmo afetar as estruturas políticas e econômicas dos países, solapando ainda seu tecido social".

## Brasil e África do Sul têm acordo de serviços aéreos

Projeto de decreto legislativo que trata de ato internacional sobre serviços aéreos assinado entre o Brasil e a África do Sul foi aprovado ontem, por unanimidade, pelo plenário do Senado. O projeto, que teve parecer favorável do senador Moreira



Moreira Mendes

Mendes (PFL-RO) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, vai à promulgação.

Segundo Moreira Mendes, o acordo tem por objetivo contribuir para a cooperação entre os dois países e promover o progresso da aviação civil internacional. No texto do acordo, os dois países se comprometeram com o estabelecimento de regras voltadas para uma variedade de itens, envolvendo passageiros, carga, cor-

reio, equipamento, peças sobressalentes, provisões de bordo e tarifas.

A concessão de direitos entre as partes para a realização do transporte aéreo internacional inclui o sobrevôo sem pouso, escalas sem fins comerciais e o direito de embarque e desembarque de passageiros, bagagem, carga ou correio nos territórios do Brasil e da África do Sul.

Os dois países também acertaram a isenção de impostos e encargos aduaneiros e a redução de tarifas para o transporte aéreo, acrescentou Moreira Mendes. O texto do acordo foi assinado pelos governos do Brasil e da África do Sul no dia 26 de novembro de 1996, em Pretória.

## Comissões promovem debate sobre questão agrária

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) se reúnem conjuntamente na próxima quarta-feira, às 10h, para ouvir sete autoridades em questão agrária.

São elas: o ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann; o diretor do Banco Mundial para o Brasil, Gobind Nankani; o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduino; o presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Horácio Martins de Carvalho; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel José dos Santos; o representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), João Pedro Stédile; e o representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior.

## Pedro Parente fala em audiência pública na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne na próxima terça-feira, às 17h, para realizar audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente; o diretor Executivo do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, Murilo Portugal; e com o diretor executivo do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento, Antonio Cláudio Soachaczewski.

Eles falarão sobre os recursos do Orçamento da União para a área social, especialmente aqueles obtidos com o suporte dos bancos multilaterais de desenvolvimento, mediante a obtenção de financiamentos externos para redução da pobreza.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1999

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1999 (nº 764/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre os Governos Integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, assinado em Salvador, em 18 de julho de 1997.  
Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1999 (nº 770/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre os seus respectivos territórios, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul, em Pretória, em 26 de novembro de 1996.  
Resultado: Aprovado. À promulgação.

Lido e aprovado requerimento de urgência para o Projeto de Resolução nº 101, de 1998, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até 16,5 milhões de marcos alemães, junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Saneamento Básico do Piauí.

Resultado: A matéria figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa da próxima quarta-feira, dia 23.6.99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Comerciante é questionado sobre venda de imóvel

Embora sem convencer membros da CPI, empresário nega que prédio e terreno adquiridos pelo Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba tenham sido comprados por valor superior ao de mercado

Em depoimento ontem à CPI do Poder Judiciário, o comerciante Antônio Almério Marra disse que negociou imóvel na Praça da Independência, em João Pessoa, pelo "preço justo". A venda, feita ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba por R\$ 710 mil, está sob suspeita de superfaturamento.

Marra, dono de uma empresa de produtos médico-hospitalares, fez um histórico de como adquiriu terrenos e casas na praça.

Em 1991, disse o comerciante, ele comprou de sua própria empresa o imóvel, mas só fez o registro, por R\$ 225 mil, na véspera de passar o prédio e o terreno ao TRT, em fevereiro de 1995. Pela diferença entre o valor registrado e o preço pago pelo tribunal, Marra pagou R\$ 150 mil de Imposto de Renda.

— Não vendi o prédio por valor superfaturado. Vendi o prédio pelo preço que achei justo, que me é de direito — disse Marra.

Para chegar ao valor, o depoente disse que pediu avaliações do imóvel, comparando-o a similares, chegando à conclusão de que o terreno e o prédio, "muito bem localizados", teriam o valor cobrado. Segundo ele, a Secretaria de Patrimônio da União

estimou o imóvel em R\$ 588 mil.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), quis saber do depoente por que, depois de realizado o negócio, passou a sacar altos valores na boca do caixa da agência do Unibanco em João Pessoa. Wilson listou transações vultosas que totalizaram R\$ 320 mil em saques.

Marra respondeu que usou o dinheiro para comprar dólares e ajudar os filhos, entre outros gastos. Mas o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), registrou que, mesmo depois de ter realizado tantos gastos, no final de 1995, sua declaração de Imposto de Renda acusa a existência de R\$ 400 mil em caixa e em contas bancárias.

## "CADEIA DA FELICIDADE"

Na movimentação bancária de Marra, disse Carlos Wilson, há também um depósito, no valor de R\$ 256 mil, para sua mãe, Maria José.

O depoente disse que a transferência foi feita devido a problemas familiares, mas Carlos Wilson registrou que, dos 45 cheques emitidos pela mãe do depoente, 44 foram usados para saques no banco.

Para Carlos Wilson, R\$ 220 mil era o valor do imóvel, R\$ 90 mil foram pagos como primeira parcela do Imposto de Renda e os R\$ 400 mil foram distribuídos por "uma cadeia da felicidade".

Souto acredita que a movimenta-

ção da conta, que menos de um mês depois do depósito do TRT já estava "zerada", foi "anômala".

Na movimentação examinada pela comissão, encontram-se ainda cheques emitidos para uma farmácia (R\$ 20 mil), para um funcionário da empresa de Marra (R\$ 12 mil) e para uma empresa de material elétrico (R\$ 5 mil).



Antônio Marra disse aos senadores que vendeu imóvel ao TRT da Paraíba por "preço justo"

## Agripino propõe acareação para pôr fim a dúvidas sobre o assunto

Atendendo a requerimento do senador José Agripino (PFL-RN), a CPI do Judiciário vai promover a acareação entre o comerciante Antônio Almério Marra, que vendeu imóvel ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, e Antônio Moacir Dantas Cavalcante Júnior, responsável pelo laudo de avaliação do terreno e do prédio, que legitimou a negociação por R\$ 710 mil.

Para sustentar seu pedido, Agripino leu trecho do depoimento de Cavalcante Júnior à Polícia Federal em João Pessoa, em que ele declara que não recebeu dinheiro do TRT para realizar a avaliação. Além disso, continuou, Cavalcante Júnior disse não ter conhecimento do depósito nem saber a origem dos R\$ 50 mil pagos a ele por Marra. Por outro lado, o comerciante disse à CPI que o valor foi pago ao avaliador por serviços de corretagem e intermediação da venda do imóvel ao tribunal.

— O contraditório está claro. Um dos dois está passível de prisão. Com depoimentos como o que tivemos aqui hoje não vamos a lugar nenhum — afirmou José Agripino ao justificar seu requerimento.

O vice-presidente da CPI, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), disse que, para a acareação, providenciará exame grafotécnico do cheque emitido por Marra a Cavalcante Júnior. Assinado pelo primeiro, o cheque foi endossado no verso pelo segundo.



Agripino quer que Marra e autor de avaliação sejam acareados

## Jader pede que investigação seja estendida a membros da Comissão de Orçamento

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, protocolou ontem, na secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, um requerimento para que a CPI "estenda os mesmos procedimentos investigatórios propostos em relação ao senador Luiz Estevão (PMDB-DF) aos demais membros do Congresso Nacional, integrantes ou não da Comissão do Orçamento, a partir de 1995, última legislatura, que foram autores ou signatários de emendas às propostas do Orçamento da União, visando à ampliação dos recursos previstos para a construção do prédio-sede do Tribunal do Trabalho de São Paulo".

Na opinião do senador pelo Pará, o juiz Nicolau dos Santos Neto "era uma figura ecumênica", tinha prestígio quase unânime entre os parlamentares e a obra do TRT-SP era vista como prioritária. Ele criticou o fato de as investigações estarem sendo feitas atualmente apenas em cima do senador peemedebista, Luiz Estevão.

— Acho que será muito bom se pudermos conhecer a motivação que este prédio tinha. Deve-se quebrar o sigilo de todo mundo que se interessou por essa obra, para verificar efetivamente quem tinha interesse. Começa pela quebra do sigilo telefônico. A obra era prioritária de A a Z, da extrema direita à extrema esquerda — comentou Jader Barbalho.

Em defesa do seu companheiro de partido, Jader Barbalho registrou que na época em que ocorreram irregularidades — atualmente sob investigação — na construção do fórum de São Paulo, Luiz Estevão não era membro do Poder Judiciário, do Congresso

Nacional ou sequer do Tribunal de Contas da União. Jader destacou que o atual senador pelo Distrito Federal era apenas um empresário.

## PLENÁRIO

O líder do PMDB também se manifestou em plenário sobre o assunto, criticando a concentração da apuração no senador Luiz Estevão.

De acordo com Jader, a investigação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinando recursos para a obra comandada pelo ex-presidente do TRT-SP Nicolau dos Santos Neto mostrará "apoios da esquer-



Para Jader, é "esquisita" a tendência de concentrar a apuração em Luiz Estevão

da à direita, revelando um impressionante ecumenismo do juiz Nicolau".

Ao proclamar que não estava reivindicando qualquer interrupção nas investigações sobre a participação do senador Luiz Estevão nesse episódio, Jader Barbalho destacou que não poderia conformar-se com a limitação das apurações a seu colega de bancada, limitação essa que ele considerou "esquisita".

Pelo grau de interesse que o senador disse ter constatado em torno do prédio do ex-juiz Nicolau, a obra, na opinião de Jader, "sempre foi a coqueluche da Comissão de Orçamento".

## Marra confirma pagamento a autor do laudo de avaliação

Entre os cheques emitidos pelo comerciante Antônio Almério Marra, que vendeu um imóvel ao TRT da Paraíba por R\$ 710 mil, a CPI do Judiciário encontrou um, no valor de R\$ 50 mil, pago a Antônio Moacir Dantas Cavalcante Júnior, que avaliou o imóvel para o tribunal. Há suspeita de que a venda tenha sido superfaturada. Em resposta ao senador Carlos Wilson (PSDB-PE), o depoente disse que o valor foi pago a título de corretagem.

Porém, Carlos Wilson lembrou que, em depoimento à Polícia Federal em João Pessoa, o avaliador negou ter recebido cheque de Marra. O senador disse então que o cheque havia sido endossado por Dantas Cavalcante. "É bom o senhor tomar cuidado porque a letra de quem endossou é muito parecida com a de quem emitiu o cheque. Não perca essa chance de explicar a negociação desse imóvel", alertou Carlos Wilson.

Ao senador Djalma Bessa (PFL-BA), Marra disse que não ficou sabendo do interesse do TRT em comprar o imóvel por edital ou licitação e que os contatos foram feitos por meio de corretores que sabiam das intenções de compra e venda das



Carlos Wilson enfatizou a contradição entre depoimentos de Marra e do avaliador

partes envolvidas. O depoente revelou também que, antes da venda, o prédio foi alugado, pelo tribunal, pelo prazo de 90 dias. "Eu sabia que o prédio atendia às características que eles procuravam. Eu tinha a venda como certa", disse Marra. O senador Geraldo Althoff (PFL-SC) considerou estranha a realização do aluguel pouco antes da venda.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), declarou que a realização do negócio foi feita em um prazo curto, sem atrasos no pagamento a Marra. "Nesse processo, foi tudo muito rápido", disse.





Ramez Tebet afirma que quebra de sigilo é instrumento indispensável para o exercício dos trabalhos

## Ramez Tebet diz que pedidos de quebra de sigilo vão continuar

Ao comentar a decisão tomada na quarta-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, no sentido de que a CPI do Sistema Financeiro preserve o sigilo dos dados até agora obtidos sobre o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, e suspenda novas requisições, o presidente da CPI do Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que, desde que haja fundamentação, a CPI deve continuar requerendo a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico.

– Entendo que a quebra de sigilo é um instrumento indispensável para o exercício dos trabalhos do Poder Legislativo. Devemos continuar serenamente nossos trabalhos. A liminar não é definitiva, e considero um equívoco do ministro Sepúlveda Pertence. Além do mais, ela se refere concretamente ao senhor Francisco Lopes, não atingindo os demais casos – observou.

No entender do presidente da CPI do Judiciário, a decisão de Sepúlveda Pertence não pode ser interpretada como a opinião do Supremo Tribunal Federal. Ele lembrou que em outras CPIs o STF confirmou o poder do Legislativo de proceder a quebras de sigilo. Ramez Tebet acrescentou que, re-



centemente, outro ministro do STF, Nelson Jobim, deu um despacho negando a suspensão da quebra do sigilo bancário da Construtora Incal, responsável até há pouco tempo pelas obras de construção do Fórum de São Paulo.

O senador explicou que Nelson Jobim considerou, em sua decisão, que o ato da CPI não se constituiu em uma devassa. “Devassa seria se a CPI tivesse determinado a transferência para si de todas as contas, operações e transações mantidas e realizadas por um ou mais de um estabelecimento de crédito”, escreveu o ministro do STF.

### APELO

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que considerou o assunto da maior importância, sugeriu que fosse feito um apelo ao Supremo Tribunal Federal para que se posicionasse o mais rapidamente possível sobre o mérito da decisão do ministro Sepúlveda Pertence.

Já o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que houve uma usurpação dos poderes do Congresso. Ele propôs que uma comissão de senadores fosse até o STF para tentar chegar a um entendimento sobre o assunto.

## TRT solicita liberação de verba para prédio sob investigação

A CPI do Judiciário resolveu ontem repassar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional um ofício da presidência do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), solicitando a liberação dos recursos previstos no Orçamento da União de 1999 para a preservação da obra do fórum trabalhista de 1ª instância de São Paulo.

Depois de ouvir os demais integrantes da comissão, o presidente, senador Ramez Tebet, determinou à secretária da CPI que prepare um ofício enviando, em caráter de urgência, a documentação recebida do TRT-SP à Comissão de Orçamento, registrando que a CPI não tem nada contra a liberação das verbas.

De acordo com o ofício encaminhado pelo TRT-SP, o orçamento deste ano destina R\$ 1 milhão para a

obra do fórum. O presidente do tribunal afirmou que a liberação desse dinheiro é fundamental para evitar prejuízos para a União, devido à existência de material de engenharia com prazo próximo de ser vencido e que precisa ser utilizado imediatamente, e à necessidade dos recursos para a conservação da construção.

### SINDICATOS

Também na reunião de ontem foram aprovados requerimentos de autoria do relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), solicitando ao Ministério do Trabalho a relação de todos os sindicatos que possuem base territorial no Rio de Janeiro e o ano dos seus respectivos registros. O relator também quer a relação dos sindicatos que apresentaram ao TRT-RJ lista triplíce nos anos de 1993 e 1994 e a lista dos juízes classistas nomeados no período de 1992 a 1996.

# Comissão pede ao Supremo que se manifeste sobre liminares

Bello Parga quer que o plenário do STF julgue o mérito dos mandados de segurança. Advogados dão entrada, na segunda, a agravo regimental

Assessores jurídicos da CPI do Sistema Financeiro apresentarão ao Supremo Tribunal Federal, na segunda-feira, agravo regimental para que o STF se manifeste sobre as liminares concedidas por alguns de seus ministros suspendendo indisponibilidade de bens e quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas sob investigação. O anúncio foi feito ao plenário e em entrevista à imprensa pelo presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA).

– Queremos que o plenário do STF julgue o mérito dos mandados de segurança. Se as liminares obtidas por alguns dos investigados forem mantidas indefinidamente, o trabalho da CPI pode ser prejudicado. Que o STF julgue, contra ou a favor. Mas que julgue o mais rápido possível – disse Bello Parga, em entrevista.

No mesmo dia, os advogados da CPI



Se as liminares obtidas por alguns dos investigados forem mantidas indefinidamente, o trabalho da CPI do Sistema Financeiro pode ser prejudicado, o que preocupa o senador Bello Parga



apresentarão, em nome do presidente da comissão de inquérito, informações solicitadas por ministros ao julgar sete mandados de segurança contra atos da CPI e contestarão o conteúdo de tais ações. Obtiveram liminares no STF nos últimos dias, além de Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, seis outras pessoas que tiveram sigilos quebrados e bens tornados indisponíveis.

Entre os beneficiados pelas liminares estão Salvatore Cacciola, ex-dono do Banco Marka. Na tarde de ontem, o

ministro Octávio Gallotti, do STF, concedeu liminares a mais três mandados de segurança, impetrados pelos controladores do Banco FonteCindam, contra a indisponibilidade de seus bens aprovada pela CPI.

Depois de reafirmar que “há uma crise institucional” entre o Legislativo e o Judiciário, o presidente da CPI disse ter certeza de que os ministros do STF julgarão “com absoluta isenção” as ações.

Bello Parga contestou o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, que afirmou em um despacho ser “fato notório” que as CPIs não se preocupam em resguardar o sigilo dos documentos obtidos.

## Ex-dono da Encol será ouvido na quarta

A CPI do Sistema Financeiro continuará suas investigações, apesar das liminares concedidas pelo STF e na próxima semana tomará vários depoimentos sobre a crise da construtora Encol e como o Banco do Brasil emprestou cerca de R\$ 200 milhões à empresa, apesar dos sinais de crise que ela apresentava. Na quarta-feira, será ouvido à tarde o ex-dono da Encol, Pedro Paulo de Souza, que se encontra preso em Goiânia. Ele será levado à CPI por agentes da Polícia Federal.

– A CPI continua com seus trabalhos

normalmente, temos muito documento a examinar e os depoimentos não serão adiados – afirmou, em entrevista à imprensa, o presidente da comissão de inquérito, senador Bello Parga.

### BANCO DO BRASIL

Na terça, será tomado o depoimento de Manoel Pinto Souza Júnior, ex-superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal à época em que foi concedido o empréstimo à Encol. No mesmo dia, falará aos senadores Jair Bilachi, ex-presidente da Previ, o fundo de pensão dos

funcionários do Banco do Brasil.

Na quinta-feira serão tomados os depoimentos de Carlos Gilberto Caetano, diretor de Finanças e de Relações com o Mercado do Banco do Brasil, e Edson Soares Ferreira, ex-diretor de Crédito e Seguridade do BB.

Antes do recesso de julho do Congresso Nacional, a comissão de inquérito voltará aos depoimentos sobre o Proer, ouvindo dirigentes e ex-dirigentes dos bancos Nacional, Unibanco, Econômico, Excel e Bilbao Viscaya.

## Para Suplicy, emenda reforça poder de comissões

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou à imprensa que a emenda constitucional proposta ontem pelo deputado Aloízio Mercadante será “um reforço” ao poder das comissões parlamentares de inquérito.

A emenda acrescenta a palavra “todos” ao parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição. Assim, de acordo com a mudança, as CPIs terão “todos os poderes de investigação

próprios das autoridades judiciais”. Pessoas investigadas pelas CPIs do Congresso têm recorrido à Justiça afirmando que as comissões não contariam com a totalidade dos poderes que são dados aos juízes.

Suplicy lembrou que os ministros do STF vêm concedendo liminares sob o argumento de que a CPI do Sistema Financeiro tem quebrado sigilos bancário, fiscal e telefônico de pessoas suspeitas sem a neces-

sária fundamentação. “Toda vez que a CPI for agora quebrar algum sigilo, vamos colocar no documento todos os indícios que existem contra a pessoa”, afirmou Suplicy.



Suplicy: decisões devem ser fundamentadas



Geraldo Melo anunciou que a Mesa fará uma reunião para incluir novos critérios no Regimento

## Comunicações inadiáveis podem ter novas regras

A Mesa do Senado fará uma reunião destinada a analisar novos critérios, incluindo o tempo, com relação às comunicações inadiáveis, de acordo com informação do primeiro vice-presidente, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Melo fez o comunicado após o senador Roberto Freire (PPS-PE) criticar as constantes solicitações de senadores para ocupar a tribuna usando o recurso previsto no Regimento Interno. Segundo Roberto Freire, o Senado deveria impor limites, a exemplo do que ocorre com a Câmara dos Deputados.

Também o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) protestou contra o grande número de comunicações inadiáveis. A seu ver, muitos senadores usam da palavra por mais de cinco minutos, prejudicando aqueles que se inscreveram na lista oficial da Mesa.



Emilia Fernandes lembrou que a pauta das comissões é de interesse dos estados e do Brasil

## Emilia reclama da falta de quorum na CI

Falando como presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) reclamou, ontem, em plenário, da falta de *quorum* para a reunião da comissão que estava prevista para as 9h. A senadora fez questão de registrar a presença dos senadores Paulo Souto (PFL-BA), Geraldo Cândido (PT-RJ), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Emilia Fernandes fez um apelo aos parlamentares no sentido de que atendem para a importância da presença nas reuniões, lembrando que a pauta das comissões permanentes "é de interesse do Brasil, dos estados e do povo brasileiro".

A senadora insistiu para que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realize uma nova reunião na próxima semana.

# Gilvam Borges propõe a extinção das justiças Militar e do Trabalho

Ao sugerir uma discussão do Congresso sobre o Judiciário, com o objetivo de garantir transparência, senador afirma que nada justifica a manutenção de tribunais especializados

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu em discurso ontem a extinção da Justiça do Trabalho e da Justiça Militar, como jurisdições especializadas. Para ele, nada justifica a manutenção de tribunais exclusivos, "sob pena de criarmos uma justiça ambiental, uma justiça agrária, uma justiça econômica e outras aberrações dessa natureza".

No entender de Gilvam Borges, a crise que se abate atualmente sobre o Poder Judiciário fará com que o Congresso Nacional abra uma discussão profunda sobre a reforma da Justiça brasileira, com o objetivo de descentralizá-la, dando maior transparência aos seus atos. "Está na hora de o Judiciário ter o que todos desejam: crédito popular", observou o senador.

Com relação à Justiça do Trabalho, Gilvam Borges disse que as recentes denúncias sobre desperdício de recursos em obras faraônicas, superfaturamen-



Gilvam Borges acusa a Justiça do Trabalho de gerar uma lucrativa indústria de acordos e conciliações

tos e ações paternalistas e corporativistas vêm minando a atuação daquele setor da Justiça perante a sociedade, abrindo caminho para que ela venha a

ser extinta, dentro da reforma do Judiciário.

A Justiça do Trabalho tem gerado uma lucrativa indústria de acordos e conciliações cujo pretexto é o interesse do trabalhador, mas, na verdade, é causa do receio dos empregadores em formalizar vínculos laborais, o que explica, em parte, a imensa economia informal brasileira - afirmou Gilvam Borges, ao pregar um novo funcionamento da máquina da Justiça, baseado no controle finan-

ceiro, orçamentário e administrativo.

Gilvam Borges é de opinião que os magistrados brasileiros deveriam seguir o exemplo de seu estado, o Amapá,

onde o Poder Judiciário, segundo afirmou, atua de forma integrada e harmoniosa com os demais Poderes, universaliza os atendimentos e mostra transparência em seu funcionamento.

O senador enalteceu a Justiça Itinerante Fluvial, que desce o rio Amazonas atendendo as comunidades ribeirinhas. Destacou, ainda, a Escola de Magistratura, a inauguração do posto avançado do Bailique, o Juizado Itinerante Terrestre e o Juizado Volante, que atua somente na capital.

O Judiciário do Amapá é um exemplo para todo o país - garantiu Gilvam Borges, ao parabenizar o trabalho do presidente do Tribunal de Justiça do estado, desembargador Luiz Carlos Gomes dos Santos, o qual, conforme informou, planeja criar mais dois juizados especiais e reeditar a *Cartilha da Cidadania*, "instrumento eficaz na aproximação da Justiça com o povo".

## Cândido alerta para riscos com a demissão de funcionários da saúde

O estado do Rio poderá sofrer sérias consequências na área de saúde pública caso se concretize a ameaça de demissão de 5,2 mil servidores da Fundação Nacional de Saúde com contratos temporários. O alerta foi dado ontem, no plenário, pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Os contratos desses servidores, que atuam no combate à proliferação de mosquitos e outros agentes nocivos, vencem no final deste mês.

Prorrogar os contratos e discutir uma solução definitiva é o caminho para evitar tanto a tragédia do desemprego quanto a tragédia da morte - disse.

O senador informou que dos 91 municípios existentes no estado 73 estão infestados pelo *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor do vírus da dengue. O mais grave, de acordo com Cândido, é que 47 municípios podem ser assolados pela dengue hemorrágica, a pior forma da doença.

Geraldo Cândido disse que a banca-



Geraldo Cândido lembra que, dos 91 municípios do Rio, 73 estão infestados pelo *Aedes aegypti*

da do Rio no Congresso tem feito gestões junto ao Ministério da Saúde para que os contratos dos servidores sejam prorrogados por mais um ano até que se encontre solução definitiva para o problema. O governo federal alega que não tem R\$ 70 milhões para suportar o pagamento dos salários desses trabalha-

dores e quer transferir essa responsabilidade para o governo estadual.

Conforme o senador, enquanto os servidores vivem situação de instabilidade desde 1988, quando se iniciaram os contratos temporários, o governo desvia verbas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF).

As críticas de Cândido se estenderam também à política de emprego do governo Fernando Henrique. O senador citou a emenda constitucional que prevê a demissão de servidores públicos estáveis em razão de excesso de despesas. "O que está por detrás disso é a substituição dos servidores públicos por empregados terceirizados, o que não reduzirá os gastos com pessoal, muito pelo contrário, aumentará a despesa administrativa, só que concentrando a renda nas mãos de poucos intermediários", frisou.



Paulo Hartung lembrou que o pastor Jaime Wright dedicou-se à luta contra as injustiças sociais

## Hartung presta homenagem a Jaime Wright

Lembrado pelo extenso trabalho em favor dos direitos humanos, o pastor presbiteriano Jaime Wright foi homenageado pelo senador Paulo Hartung (PSDB-ES), que manifestou seu pesar pela perda de "um homem que lutou contra a opressão e que dedicou sua vida à defesa da democracia". Jaime Wright era filho de americanos, nascido em Curitiba, e desde 1950 dedicava-se à luta contra as injustiças sociais no Brasil.

O senador lembrou que Wright era defensor das relações ecumênicas, tendo sido grande aliado do ex-cardeal e ex-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e um dos organizadores do *Movimento Justiça e Libertação*, que reuniu 20 mil entidades laicas de São Paulo. Educador, administrador, jornalista e executivo, Wright denunciou no exterior as transgressões aos direitos humanos que estavam ocorrendo no país.

O senador ressaltou que, mesmo aposentado, o pastor não encerrou seu trabalho na "luta contra a opressão e na defesa da democracia e da garantia dos direitos humanos".

## Comandante da Amazônia visita Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na terça-feira em seu gabinete (foto) a visita do comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Lessa.



# Maguito Vilela protesta contra volta da CPMF

Condenando qualquer elevação da carga tributária imposta à população, senador diz esperar que, pelo menos, os recursos obtidos com a taxação das transações financeiras sejam de fato destinados à área da saúde

Ao registrar a volta da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a partir de ontem, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou sua indignação com o recolhimento de mais um tributo. Afirmando sua posição contrária a qualquer aumento da carga tributária, ele disse que, se fosse senador quando da aprovação da CPMF, “embora participante da base de sustentação do governo, seria radicalmente contra a volta deste imposto”.

Para Maguito Vilela, “a CPMF volta com a fome de quem ficou adormecido por quase um ano” e, ao invés dos 0,25% de sua versão anterior, recollerá 0,38% sobre as transações ban-



Para Maguito Vilela, a CPMF “volta com fome”

cárias, o que representa a “doação”, em um ano, de pelo menos R\$ 17 bilhões ao governo.

– Resta implorar ao presidente Fernando Henrique, e digo implorar mesmo, porque pedir, reivindicar, apelar já não está mais adiantando. Resta implorar a ele e a sua equipe econômica para que pelo menos cumpram

com os objetivos estabelecidos e destinem esses recursos para o setor da saúde – afirmou.

O senador lembrou que, na versão anterior do imposto, conforme denúncia do próprio ministro da Saúde, José Serra, os recursos da CPMF foram desviados para outros fins que não os originais.

## Luzia aplaude criação do Ministério da Defesa

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), ao ressaltar que a criação do Ministério da Defesa chegou em boa hora, disse acreditar que o órgão será responsável por uma maior união entre civis e militares, além de colaborar para que o país marque, decisivamente, a sua presença nos fóruns internacionais de defesa, “reiterando o compromisso pela manutenção da paz mundial”.

Para ela, com a criação do Ministério da Defesa, o Brasil “dá um passo à frente” em relação à soberania nacional e



Luzia elogiou escolha de Elcio Alvares para ministro da Defesa

fortalece a democracia com a indicação de um civil para comandar a pasta.

Luzia Toledo aplaudiu a escolha do senador Elcio Alvares para o cargo de ministro da Defesa. “Tenho certeza de que a noção do dever de lealdade, a responsabilidade e o patriotismo que norteiam a vida do ministro Elcio Alvares farão com que ele cumpra a sua gestão com distinção”, salientou a senadora, afirmando que a população do Espírito Santo sente-se honrada com a escolha do senador para ocupar o Ministério da Defesa.

## Marina insiste que Campelo não pode dirigir Polícia Federal

“Acho da maior importância que a Polícia Federal não tenha essa mácula”, afirmou ontem a senadora Marina Silva (PT-AC), ao pedir que os partidos de sustentação ao governo convençam o presidente da República de que João Batista Campelo não pode dirigir a Polícia Federal (PF). Para ela, a questão tem a ver com respeito ao estado de direito e à Constituição de 1988.

Ela disse que as resistências a Campelo não se amparam em pressupostos ideológicos, mas em fatos. “O presidente tem mais do que motivos para fazer uma reconsideração, para o bem da Polícia Federal e do país”, completou.

Marina ressaltou que a PF é valiosa para o país, principalmente para a re-



Marina diz que restrição a Campelo não é ideológica, mas se baseia “em fatos”

gião Norte, no combate ao narcotráfico, e observou que a instituição já paga um preço muito alto por não ter efetivo suficiente. Para a senadora, a autarquia não pode carregar agora “o peso da desmoralização pública pelos fatos que agora estão sendo apresentados à sociedade”.

A senadora referiu-se à escolha para o Superior Tribunal de Justiça de um juiz que responde a processo de paternidade e à de Francisco Lopes para o Banco Central

para afirmar que o país está enfrentando um momento muito grave. Em sua opinião, isso macula as instituições, daí porque os partidos que apóiam o presidente devem agir.

– Apelo à base de sustentação do governo para que verifique o que está acontecendo, porque é muito grave. Parece que aquele que pressiona mais, indica quem quer que seja. Pelo amor de Deus, que sejam feitas indicações de pessoas que não tenham esse tipo de mácula – pediu a parlamentar.

Referindo-se ao depoimento de Campelo na Câmara, Marina informou que, em várias oportunidades, ele preferiu não responder se foi responsável por tortura em inquéritos policiais, durante o regime militar. A senadora observou que existem denúncias irrefutáveis contra o delegado em processo instaurado na década de 70 e hoje arquivado na Justiça Militar. Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) disse que um laudo oficial incrimina Campelo como condutor de interrogatório em que as testemunhas foram submetidas a tortura.

## É preciso aguardar investigação, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) disse ontem acreditar que o presidente Fernando Henrique Cardoso não sabia das denúncias contra o diretor da Polícia Federal, João Batista Campelo, porque os órgãos de informação que o assessor não contra-indicaram o delegado. “Existem milhares de informações guardadas sobre as quais não temos conhecimento até que venham a público”, argumentou.

Eduardo Siqueira Campos lembrou o histórico político do presidente da República durante o regime militar, “quando também foi uma das vítimas”. Ele obser-

vou que, apesar de ter confirmado a nomeação de Campelo, o presidente determinou uma ampla investigação das denúncias de que teria participado de sessões de tortura na década de 70. Para ele, nenhum governo resgatou os direitos das vítimas da ditadura quanto o de Fernando Henrique e seria razoável esperar o resultado das investigações para que o presidente possa constatar formalmente as denúncias.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) lembrou



Eduardo: FHC também foi vítima do regime militar

que as denúncias de tortura do ex-padre José Antônio Monteiro contra o delegado já haviam se tornado públicas durante o governo Itamar Franco, quando Campelo foi nomeado para um cargo na Polícia Federal, observando que FHC era ministro do mesmo governo Itamar. “Eu não teria a coragem de afirmar que o Fernando Henrique é conivente com torturadores, mas, do jeito que a coisa está sendo feita, parece que é”, concluiu a senadora.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 – Especial Unip – Assunto: Endoscopia digestiva  
6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Atividade: Ciclismo  
7h30 – Especial Unip – Assunto: Endoscopia digestiva  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Jornal do Senado  
8h30 – Entrevista – O senador Sebastião Rocha fala sobre a reforma do Legislativo  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
12h30 – Entrevista – O senador Sebastião Rocha fala sobre a reforma do Legislativo  
13h – Cores do Brasil – Em destaque: Campina Grande  
13h30 – Consulta Marcada – Programa sobre drogas  
14h30 – Comissão de Orçamento  
17h – Espaço Cultural – Músico maranhense Papete  
18h30 – Entrevista – O senador Sebastião Rocha fala sobre a reforma do Legislativo  
19h – Cores do Brasil – Em destaque: São Luís do Maranhão  
19h30 – Consulta Marcada – Reapresentação do

programa sobre drogas  
20h30 – Entrevista – O senador Sebastião Rocha fala sobre a reforma do Legislativo  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Consulta Marcada – Reapresentação do programa sobre drogas  
21h55 – Senado em Pauta  
22h – Projeto E-nº 6 – Turismo  
22h30 – Cores do Brasil – Em destaque: Campina Grande  
23h – Espaço Cultural – Músico maranhense Papete

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

08h – Agenda Senado  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
14h30 – Sessão Plenária (reprise)  
19h – “A voz do Brasil”  
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”  
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”  
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”

## Para Maldaner, PMDB “é alvo de injustiças”

Em defesa do PMDB, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse, em plenário, que o partido está sendo alvo de injustiças ao ser acusado, por integrantes do governo e da aliança política que lhe dá sustentação, de não prestar apoio suficiente às ações do presidente Fernando Henrique. O senador citou o episódio da indicação do diretor-geral da Polícia Federal, João Batista Campelo, escolhi-



Maldaner: contra cobranças feitas ao PMDB por aliados

do contra a vontade do ministro da Justiça, Renan Calheiros, do PMDB.

Para Maldaner, foi armada “toda uma tempestade” nesse episódio, e o PMDB ficou surpreso pelo fato de terem transformado o que deveria ser uma simples decisão partidária de rotina num “vendaval político”. Ele se solidarizou com Calheiros,

observando que o ministro tem prestado vários serviços ao governo, como as ações para regulamentar o Código de Trânsito Brasileiro ou proibir a venda de armas.

O senador disse que não é a primeira vez que o PMDB “é alvo de injustiças”, e citou declarações feitas em abril pelo ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, cobrando lealdade e firmeza do partido na defesa do governo.

Disse ainda que o ministro não desmentiu informações segundo as quais o presidente nacional do PFL teria sugerido ao presidente Fernando Henrique o rompimento com o PMDB e a demissão dos ministros do partido (além de Calheiros, os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, e de Políticas Regionais, Ovídeo de Angelis).

O senador observou que ficou constatada nesse episódio “uma notória prevenção de certos segmentos partidários contra o PMDB e alguns de seus representantes no governo”. Maldaner elogiou a atuação do senador Jader Barbalho (PA) na presidência do PMDB, bem como a atuação dos ministros do partido e do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). “O PMDB nunca faltou ao governo. Nosso apoio foi decisivo para aprovar matérias de indiscutível importância. Não reconhecemos autoridade em nenhum dos parceiros da aliança para fazer reparos ao nosso comportamento”, afirmou.

Em aparte, Artur da Távola (PSDB-RJ) atribuiu as dificuldades nas relações entre os partidos da base governista ao fato de eles não se reunirem para conversar. Jader Barbalho elogiou Renan Calheiros e concordou com a posição de Maldaner sobre a atuação do PMDB.



Sebastião Rocha disse que advertências não são paranóia

## Rocha alerta para risco de agressão à Amazônia

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) alertou ontem, no plenário da Casa, para os riscos de uma "agressão externa na Amazônia", citando depoimento do comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Lessa, na CPI da Funai da Câmara dos Deputados. A tendência para a próxima década, segundo o militar, seriam as intervenções militares por "razões ambientais", da mesma forma que as desta década invocam "razões humanitárias".

O parlamentar disse que os constantes alertas que faz sobre o tema "não são paranóia ou tentativa de chamar a atenção". O depoimento do comandante militar da Amazônia, segundo ele, tornou mais claros os riscos que o país corre de uma intervenção externa naquela região, em função da ausência do Estado em vastas porções do território.

As constantes declarações de personalidades internacionais apontando a Amazônia como "patrimônio ambiental da humanidade" devem preocupar as autoridades do país, observou o senador.

## Senador pede atenção a câncer de próstata

O senador Sebastião Rocha pediu mais atenção das autoridades para as campanhas de prevenção do câncer de próstata. Ele apoiou projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados sobre o assunto e anunciou a intenção de propor audiências públicas nas comissões técnicas da Casa, quando o projeto chegar ao Senado, para debater a importância de uma política de prevenção para essa doença. Ele lamentou o "tabu masculino ainda existente em torno dela".

Citando dados da Organização Mundial da Saúde, Rocha disse que a cada ano o câncer atinge pelo menos 9 milhões de pessoas e mata cerca de 5 milhões. No Brasil, atualmente, o câncer representa a segunda causa de morte por doença, estimando-se a ocorrência de 55,9 mil óbitos em homens e 48,3 mil em mulheres.

Rocha informou que o câncer de próstata ocupa a terceira posição entre os tipos mais comuns de câncer nos homens, ressaltando a resistência masculina em realizar exames preventivos com regularidade anual, a partir dos 50 anos de idade.

# Álvaro Dias vê déficit público como "maior drama" do país

O mau gerenciamento das finanças dos estados, segundo o senador, inibe o crescimento econômico e causa desemprego

O maior drama do país, disse ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), continua sendo o déficit público, porque os estados mantêm um péssimo gerenciamento de suas finanças, com gastos cronicamente excessivos com as folhas de pagamento, paralelismo de órgãos, superposição de ações e contratação de funcionários sem concurso.

Entre as conseqüências desse quadro, segundo o senador, estão as altas taxas de juros – a que o governo federal, para rolar suas dívidas, estaria sendo obrigado a recorrer –, a inibição do crescimento econômico e o crescente desemprego, principalmente nas áreas metropolitanas.

Álvaro Dias ressaltou como exceções apenas os estados de São Paulo e Espírito Santo, por terem desenvolvido programas de contenção de gastos com o funcionalismo.

– O estado de São Paulo é o exemplo mais visível de que competência administrativa produz resultados – salientou.

Em abril, estados e municípios registraram um déficit de R\$ 190 milhões, excluídos desse montante os gastos com o pagamento de juros e amortização da dívida pública, disse o senador. Ele afirmou também



Álvaro Dias parabeniza governos de São Paulo e do Espírito Santo, por terem contido gastos com pessoal

que pelo menos quinze estados gastam mais de 70% das receitas correntes com funcionários. "Fossem eles empresas, teriam sua falência decretada", comparou. Conforme relatório do Banco Central, citado por Álvaro Dias, o resultado fiscal de abril ficou aquém das projeções do acordo com o FMI por causa dos governos estaduais.

Para o senador, a prática de superdimensionar receitas para exercícios vindouros evidencia má-fé por parte dos governos estaduais. No caso do Paraná, por exemplo, a

receita realizada em 1998 foi de quase metade da estimada, acumulando um déficit de R\$ 2,3 bilhões, correspondentes a cerca de 39% da receita realizada, afirmou. Álvaro Dias acrescentou que isso ocorreu mesmo com receitas suplementares, originárias de operações de crédito e alienação de bens.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) comentou que as reformas promovidas pelo governo federal precisam atingir o país de ponta a ponta. Coerente com essa posição, ele disse que, na última quarta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos, votou contra o projeto de federalização das dívidas estaduais com precatórios.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), por sua vez, considerou o problema complexo, porque, além de financeiro, ele também seria de cunho cultural. Já para a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), os dados referentes à distribuição estadual de gastos demonstram, ao contrário do que disse Álvaro Dias, que os grandes estados, por força do poder de suas bancadas, carregam mais recursos federais e têm maiores índices de inadimplência, daí o aprofundamento das desigualdades regionais.

## Marluce Pinto condena proposta que muda representação dos estados

A redução do número de representantes nos legislativos federal, estaduais e municipais quebraria o equilíbrio federativo e, por diminuir a expressão política dos estados menos desenvolvidos, instituiria uma espécie de cidadania de segunda classe, argumentou ontem a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). Com a observação, ela criticou projeto de lei complementar apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e convidou os demais senadores da região Norte a cerrarem fileiras "contra quaisquer tentativas desagregadoras que visem podar a cidadania daqueles estados".

A senadora salientou que as atuais regras de representação foram exaustivamente discutidas na Assembléia Nacional Constituinte, que também decidiu pela transformação dos então territórios do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá em estados.

Pela proposta de Álvaro Dias, explicou Marluce, o número de cadeiras na Câmara dos Deputados seria reduzido em 21%, enquanto as assembleias legislativas e câmaras de vereadores sofreri-

am redução de 35%. O senador, na justificativa de seu projeto, apresenta um cálculo de qual deveria ser a representação dos estados, se a regra para a definição do número de cadeiras fosse exatamente proporcional à população.

– Esse quadro conclui, teoricamente, que Roraima teria zero representante na Câmara dos Deputados, enquanto o Amapá e o Acre poderiam eleger um único deputado federal – afirmou a senadora. São Paulo, também teoricamente, teria sua bancada atual, de 70 deputados, aumentada para 115, domínio que não seria aranhado pelo dispositivo de que cada estado teria pelo menos quatro representantes, como estabelece a proposta do senador paranaense, disse ela.

Para Marluce Pinto, há de fato diferenças entre os estados do Norte e os do Sul, como as diferenças de tratamento do governo federal e as de modo e qualidade de vida. Ao invés de serem cristalizadas em maior discriminação na representação política, ela sugeriu que essas diferenças sejam também avaliadas "quando da distribuição de



Marluce Pinto pediu aos senadores da região Norte união contra o projeto do senador Álvaro Dias

renda e quando da feitura dos grandes programas econômicos de nosso país".

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), em aparte, afirmou que a proposta de Álvaro Dias "é inoportuna, inadequada e injustificável". Com ela, o domínio dos estados mais desenvolvidos ficaria ainda mais forte, além de resultar em uma elitização do Congresso Nacional.



Moreira Mendes traçou uma comparação entre o Brasil e a África do Sul

## Moreira Mendes elogia legado de paz deixado por Nelson Mandela

A posse do novo presidente sul-africano Thabo Mbeki, na última quarta-feira, levou o senador Moreira Mendes (PFL-RO) a pronunciar ontem discurso no plenário, para homenagear o ex-presidente Nelson Mandela. "Ele foi um dos maiores nomes do século, por sua luta em favor da democracia do país, toldada pela mais sangrenta segregação racial", disse o senador.

Moreira Mendes estabeleceu comparação entre a África do Sul e o Brasil, no que diz respeito ao sofrimento por que passaram os dois países na transição de regimes de força para a democracia. Mas, segundo observou, no Brasil os anos de arbítrio terminaram com muito menos derramamento de sangue, "graças a uma anistia que acomodou no mesmo barco torturadores e terroristas ao porto da democracia".

Na África, continuou, Mandela legou ao seu sucessor – como o ex-presidente, um integrante do partido Congresso Nacional Africano – o apaziguamento social. No Brasil, acrescentou, quem fazer conexão entre a vitória eleitoral de Mandela e a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Aqui, a paz social se traduzia pela conquista do Plano Real, da queda da inflação, de mais comida na mesa. Logo, pouco importava se o sucessor de Fernando Henrique fosse ele mesmo – frisou.

Para o senador, o povo brasileiro continua órfão após a passagem pelo poder de vários "salvadores da pátria": – Banho de urna, no Brasil, parece que virou praga. Quanto mais retumbante for a vitória, mais decepções o país tem pela frente.

A senadora Marina Silva (PT-AC) aparteu Moreira Mendes para apontar contraste entre Mandela e Fernando Henrique. Segundo Marina, o primeiro não se considerou imprescindível para a continuidade do processo que iniciara. O segundo deixou de adotar medidas cruciais para o país por causa da ambição de ser reeleito. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), também apartando, disse que o líder sul-africano é um exemplo para o Brasil e que seu trabalho deve levar a sociedade brasileira a refletir sobre temas importantes, entre eles o desemprego.